

As Variações do Patrimônio Líquido na Evidenciação das Demonstrações Financeiras Padronizadas pela Implantação das Leis 11.638/07 e 11.941/09: um estudo no segmento siderúrgico da BM&FBOVESPA

MATHEUS TUMELERO DORNELLES

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
matheus-dornelles@hotmail.com

MARINEIVA TERESINHA DE MELO MANGANELI

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
mmanganeli@unisinis.br

GEOVANA ZIMMERMANN LOS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS
gzlos@hotmail.com

PATRÍCIA SCHNEIDER SEVERO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinis)
patricia_severo@sicredi.com.br

AS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NA EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS PELA IMPLANTAÇÃO DAS LEIS 11.638/07 E 11.941/09: UM ESTUDO NO SEGMENTO SIDERÚRGICO DA BM&FBOVESPA

ABSTRACT:

This study aim to identify the changes occurred in the net assets disclosure of companies belonging to the steel making and metallurgy sectors of BM&FBovespa towards the changes implemented by the laws 11.638/07 and 11.941/09, from 2007 to 2012. The methodology used in the research as regards the aim is descriptive and as regards the approach is qualitative. The technical procedure used for data collection was documentary. Among the various modifications implemented by the adequacy to international standardization, we can name the change of classification and recognition of the events in the net assets. Santos e Schmidt (2011, p. 17) claim that “Net Assets represent the total assets of a business minus its total liabilities, which is the book value that belongs, according to the entity theory, to the entity as a whole, distinguishing from personal interests of the owners who started it.”. After the analysis of the sample companies standardized financial statements from 2007 to 2012, available on the CMV (Comissão de Valores Mobiliários) website, it was observed that there were significant changes, specifically in the net assets accounts, highlighting the reserves group and assets evaluation adjustment. The study concluded that through the net assets accounts group reclassification, the stated information meet the changes implemented in the legislation and subsidize the users of accounting information with the values measurement closer to reality.

Keywords: Disclosure. Net Assets. Law 11.638/07.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o processo de geração de informações é item básico nas entidades, as quais utilizam a contabilidade como instrumento principal para evidenciar suas atividades econômicas e financeiras.

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que o objetivo principal da divulgação de informações contábeis é amparar os usuários na tomada de decisões, ajudando-os a prever os fluxos de caixa da empresa.

Segundo Sá (2002), a contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais e busca gerar informações para a eficácia das células sociais. Já Niyama (2008) diz que a Contabilidade é a principal linguagem dos negócios. Desta forma, a contabilidade busca atingir seu objetivo fornecendo informações que visam à manutenção e, conseqüentemente, rentabilidade do patrimônio da entidade, através de suas informações legais e gerenciais.

As ciências contábeis, assim como em toda a ciência, vêm sofrendo evoluções ao longo do tempo, principalmente na sua parte legal. A história recente da contabilidade no Brasil teve início na década de 70, com o desenvolvimento, ainda embrionário, do mercado de capitais e com a reforma bancária (NIYAMA 2008).

Em 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários inspirada no modelo americano, (SEC – *Securities and Exchange Commission*) para monitorar o mercado de capitais e, paralelamente, foi divulgada a Lei nº 6.404/76, que trouxe inovações à época, principalmente na criação de registros auxiliares para atender a exigências fiscais e na necessidade de se observarem princípios contábeis geralmente aceitos para fins de escrituração mercantil (NIYAMA, 2008, p. 1).

Desta forma, a contabilidade possui regência para sua aplicação no Brasil pela Lei 6.404 de 1976. Assim com as alterações ocorridas em 2001, com a Lei 10.303, e, posteriormente, em 2007 e 2009, por meio das leis 11.638 e 11.941, respectivamente, a Lei 6.404 de 1976 sofreu diversas alterações buscando a harmonização com a normatização internacional. A harmonização as normas contábeis internacionais apresentou-se como uma necessidade para o Brasil na busca de tornar a contabilidade inteligível aos padrões mundiais.

Para Niyama (2008), a harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permite reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas, enquanto padronização é um processo de uniformização de critérios não admitindo flexibilização.

De acordo com Furuta, Bispo e Vieira (2010, p. 04) “a Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404, de 1976, há muito tempo vinha sendo objeto de demandas por alterações e atualizações que a tornasse mais próxima dos avanços da economia e das práticas do mercado”.

Ainda, segundo Morch *et al.* (2009), a contabilidade de qualquer organização ganha alcance a partir do momento em que ela não se limita mais às fronteiras de sua nação.

Entre as diversas modificações implementadas pela adequação à normatização internacional, uma delas foi à alteração de classificações e reconhecimento de eventos dentro do patrimônio líquido.

Santos e Schmidt (2011, p. 17) afirmam que “o patrimônio líquido representa a diferença entre o valor do ativo e o do passivo, que é o valor contábil que pertence, segundo a teoria da entidade, à entidade como um todo, distinguindo dos interesses pessoais dos proprietários que a constituíram”. O patrimônio líquido também serve de balizador para verificar, através de relação com o lucro líquido do exercício, qual o retorno oferecido aos proprietários da entidade.

Assim, tendo a contabilidade, a necessidade de cumprir seu papel de gerar informações para o processo de tomada de decisões, as alterações de classificações e contabilizações de fatos dentro do patrimônio líquido podem influenciar as informações apresentadas pelas entidades.

Entende-se que as alterações ocorridas com a promulgação da Lei 11.638/07 objetivaram não só a adequação aos padrões internacionais, como também, a divulgação de informações regulamentadas, extinguindo o espaço para a discricionariedade dos administradores.

De acordo com Szuster & Szuster (2008), a empresa Gerdau S.A. é a primeira empresa brasileira a publicar suas demonstrações contábeis consolidadas segundo as diretrizes do IASB (*International Accounting Standards Board*). A amostra selecionada é não probabilística, tendo sido determinada pela facilidade dos dados e a partir da escolha das empresas do segmento siderúrgico listadas no site da BM&FBOVESPA, o qual a Gerdau S.A. é integrante. Assim, a amostra ficou composta pelas empresas: Cia Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, Companhia Siderúrgica Nacional, Gerdau S.A. e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A.

Nesse contexto, evidencia-se a pergunta que promove esta pesquisa: Quais as mudanças ocorridas na evidenciação do grupo Patrimônio Líquido das empresas do segmento siderúrgico da BM&FBovespa nos exercícios 2007 a 2012, considerando as alterações das leis 11.638/07 e 11.941/09? Para responder a pergunta, o objetivo geral desse artigo tem como escopo identificar as mudanças ocorridas na evidenciação do grupo Patrimônio Líquido das empresas pertencentes ao segmento siderúrgico da BM&FBovespa implementadas pela publicação das Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Assim, para atingir o objetivo geral deste estudo, desenvolve-se uma pesquisa descritiva nas demonstrações contábeis consolidadas das empresas da amostra. A seguir apresenta-se o referencial teórico, com conceitos abordados sobre o tema. Na seção 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados no estudo e, na seção seguinte, são evidenciados os resultados descritos e analisados. Por fim, foram evidenciadas considerações sobre os resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Entende-se ser redundante analisar conceitos e estruturas normativas para efeitos de embasar teoricamente este estudo. Assim, optou-se por revisar somente aspectos relativos a estudos empíricos realizados sobre o tema desta pesquisa, conforme segue.

Ballas, Skoutela, Tzovas (2010) analisaram a relevância das IFRS de Relatórios Financeiros em mercados emergentes, com especial referência ao caso da Grécia. O estudo adotou metodologia mista contando com fontes secundárias, tais como a legislação pertinente, relatórios anuais e relatórios publicados sobre os efeitos da aplicação do IFRS pelas empresas gregas, bem como os resultados de questionário endereçado para os gestores das finanças das 100 melhores empresas gregas. Os autores concluíram que embora o ambiente grego naquele momento não fosse apropriado para aplicação das IFRS, os participantes da pesquisa acreditam que sua adoção melhorou a qualidade dos relatórios financeiros. A introdução do IFRS aumentou a confiabilidade, transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

Fox *et al.* (2013) analisaram as opiniões dos intervenientes nacionais sobre os custos e os benefícios da implementação das IFRS para determinar se os países com contextos sociais, econômicos e políticos diferentes têm experiências similares quando da implementação das normas. Entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com os usuários e auditores de relatórios anuais no Reino Unido (incluindo a Irlanda) e na Itália. Os pesquisadores concluíram que houve algumas diferenças nas experiências de implementação das IFRS entre partes interessadas de diferentes países. No entanto, há um acordo generalizado de que os custos excedem os benefícios da informação no âmbito das IFRS.

Cordazzo (2013) em seu trabalho aborda a conversão obrigatória para IFRS que tem representado muito mais do que uma mudança de regras contábeis. As principais preocupações das empresas têm sido compreender em que medida as diferenças contábeis entre GAAP nacional e IFRS poderiam afetar o desempenho relatado. Essa preocupação fornece evidência empírica da natureza e do tamanho das diferenças entre os princípios da contabilidade italiana e as IFRS. As diferenças entre os GAAP italianos e IFRS são identificadas e quantificadas nas reconciliações do lucro líquido e patrimônio líquido das empresas listadas na Itália. O foco é mostrar as principais consequências da conversão para IFRS sobre os resultados contábeis. Os resultados empíricos indicam um impacto total mais relevante de tal transição na renda do capital. A análise dos ajustes individuais indica uma maior discrepância entre GAAP Italiano e IFRS no tratamento contábil dos ativos intangíveis, imposto de renda, e as combinações de empresas com referência tanto para o lucro líquido como para o patrimônio líquido.

Rodrigues e Niyama (2008) efetuaram um comparativo entre as normas de contabilidade Chinesa e as IFRS. O resultado do estudo apontou que das 38 normas específicas da China, 13 estavam divergentes quanto aos critérios de reconhecimento e mensuração, isto na sua quase totalidade.

Rengel, Cunha e Lavarda (2009) realizaram estudo com o objetivo de identificar e analisar as percepções dos proprietários de entidades de serviços contábeis do Estado de Santa Catarina sobre as alterações na Lei 6.404/76 introduzidas pela Lei 11.638/07. Através de pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando levantamento ou *survey* como

procedimento técnico, com aplicação de questionário aos proprietários de todas as empresas de serviços contábeis do Estado de Santa Catarina. Os resultados do estudo demonstraram que, na apreciação e entendimento dos respondentes, as alterações na Lei 6.404/76, representavam reflexo sobre as atividades desempenhadas pelas entidades de serviços contábeis de Santa Catarina.

Tonetto Filho e Fregonesi (2010) investigaram alguns impactos das mudanças no passivo, com a adoção IFRS, por meio dos CPCs, uma vez que se alteram os critérios de reconhecimento e mensuração de alguns ativos e passivos. Os objetivos do estudo foram: analisar a variação dos níveis de endividamento e liquidez das empresas do setor de alimentos processados em 2007 e ainda, analisar o nível de divulgação dessas empresas sobre seus instrumentos financeiros, arrendamentos mercantis, provisões e contingências em 2008. O estudo apontou que as entidades investigadas estavam longe da disposição atreladas às IFRS sobre instrumentos financeiros, arrendamento mercantil, provisões e contingências. Os resultados apontaram que 50% das empresas pesquisadas não estavam cumprindo as divulgações solicitadas pela lei, com destaque para o pronunciamento sobre arrendamentos mercantis, o qual, somente foi evidenciado em 25% das demonstrações analisadas.

Silva *et al.* (2010) analisaram, a partir da percepção dos profissionais de contabilidade, quais as dificuldades na adoção das IFRS e os prováveis impactos no patrimônio e no resultado para as companhias brasileiras de saneamento. Os autores concluíram que, entre outros aspectos, na percepção dos profissionais contábeis, a adoção das IFRS havia proporcionado impactos no balanço e no resultado para as empresas do setor de saneamento revelando ainda que existe diferença de percepção entre os profissionais que trabalham em companhias de capital aberto e fechado.

Klann e Beuren (2011) tiveram por objetivo identificar em quais países europeus à adoção das IFRS representou maior alteração nos níveis de gerenciamento de resultados evidenciados pelas empresas. Foram coletados os valores das Vendas, do Lucro Operacional (Lop) e do Ativo Total (AT) das empresas, no período de 2000 a 2003 e 2006 a 2009. O estudo indicou três grupos de países: os afetados positivamente com a adoção das IFRS, os afetados negativamente, e os que não apresentaram ou não foi possível detectar efeitos significativos. Conclui-se que apesar da maior qualidade confiada à adoção das normas contábeis do IASB, em alguns países o efeito da aplicação das IFRS não condiz com a expectativa no período analisado.

Gilio e Afonso (2012) investigaram se a adoção das IFRS no Brasil resultou em aproximação significativa dos conceitos usados pela contabilidade gerencial e financeira nas empresas brasileiras. Através da análise de conteúdo dos Pronunciamentos Técnicos e posterior envio de questionário para 638 companhias abertas; com 10% de retorno os pesquisadores identificaram que ocorreram aproximações dos conceitos usados pela contabilidade gerencial e financeira devido às evidências obtidas, ainda que não em todos os processos investigados.

Gonçalves *et al.* (2012) analisaram se o processo de convergência às IFRS impactou na relevância das informações contábeis de Lucro Líquido por Ação e Patrimônio Líquido por Ação, das empresas listadas na BM&FBOVESPA, com exceção das entidades financeiras. Os resultados mostraram que houve quebra estrutural de 2009 para 2010, revelando, assim, impacto do processo de convergência, o que significa que as informações contábeis se tornaram mais relevantes.

Garbrecht *et al.* (2012) investigaram o conservadorismo condicional como reflexo da qualidade do lucro contábil *ex post* a promulgação da Lei 11.638/07. Foi analisado o período abrangido pela evidenciação dos demonstrativos contábeis do 1º trimestre de 2010 ao 2º trimestre de 2011. A escolha do período deu-se em função de que a obrigatoriedade da adoção completa dos pronunciamentos contábeis foi exigida somente na entrega das

demonstrações contábeis do último trimestre de 2010. Os autores concluíram que houve significância estatística para os coeficientes que capturam o efeito do conservadorismo condicional sobre o lucro contábil trimestral, sugerindo que o conservadorismo diminuiu após a obrigatoriedade da adoção completa das IFRS para as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa, uma vez que o sinal obtido para o coeficiente, ao contrário do que se espera, foi negativo e não positivo.

Lorencini e Costa (2012) remetem que, após a promulgação da Lei 11.638/07 e a posterior alteração pela Medida Provisória 449/2008 (convertida na Lei 11.941/2009), algumas escolhas contábeis foram permitidas no momento de transição. Os autores procuraram avaliar quais características das companhias abertas estariam ligadas a escolha contábil e concluíram que a participação em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa esta associada à escolha pela baixa dos saldos remanescentes. Já o tamanho do saldo do ativo diferido esta associado à escolha pela manutenção dos saldos, após controle pelo tamanho da empresa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, conforme classificação de Gil (1999), pois descrevem as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, em específico, as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Segundo a taxonomia de Silva e Menezes (2001), a pesquisa quanto à abordagem é classificada como qualitativa, pois parte da interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados que são básicos no processo de pesquisa. Nesse sentido, o propósito da pesquisa é de analisar e interpretar as variações ocorridas nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido, a partir do advento das Leis 11.648/07 e 11.649/09.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa assume caráter documental, tendo sido realizada com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, em específico, nos valores evidenciados no grupo do Patrimônio Líquido, divulgadas no período de 2007 a 2012 das empresas pertencentes ao segmento siderúrgico da BM&FBovespa, listadas na tabela 1. Por este modo, esta pesquisa tem o intuito de avançar a investigação das pesquisas precedentes apresentadas no capítulo 2, ampliando o período e as mensurações a serem analisadas, com a proposta de identificar se os resultados a serem obtidos terão similaridade com os anteriores.

Os documentos foram obtidos a partir do sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, utilizando-se os *softwares* DivExt e EmpresasNet, disponibilizados na referida página *web*.

Tabela 1: Lista das empresas objeto da amostra

CNPJ	EMPRESAS
15.141.799/0001-03	Cia Ferro Ligas da Bahia - FERBASA
33.042.730/0001-04	Cia Siderúrgica Nacional
33.611.500/0001-19	Gerdau S.A.
60.894.730/0001-05	Usinas Sid. de Minas Gerais S.A.-USIMINAS

Fonte: BM&FBovespa

A amostra é não probabilística, tendo sido escolhida pela acessibilidade aos dados, a partir da escolha das empresas apresentadas na Tabela 1. Os dados foram obtidos no sítio da CVM onde, se buscou as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas, com as devidas informações e considerações sobre os saldos apresentados.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Como forma de padronizar a análise e a disposição dos saldos publicados pela amostra, utilizou-se o modelo de plano de contas apresentado por Iudícibus *et al.* (2010), sendo que as contas do Patrimônio Líquido foram agrupadas em: capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros, lucros ou prejuízos acumulados, dividendo adicional proposto, ações em tesouraria, ajustes de avaliação patrimonial, ajuste acumulado de conversão e acionistas não controladores.

Os mesmos foram extraídos das demonstrações consolidadas das entidades, utilizando-se das republicações das mesmas de acordo com as novas normas contábeis, para fins de comparabilidade com os demais exercícios.

Inicialmente, foi elaborada análise individual dos saldos das respectivas contas de cada entidade, para que, posteriormente, se pudessem obter conclusões comparativas entre as empresas analisadas, com o intuito de responder ao problema de pesquisa apresentado. Assim, na Tabela 2, são apresentados os dados do PL da Cia Ferbasa.

Observando os dados da Tabela 2, percebe-se que o capital social teve crescimento contínuo ano após ano, sendo que tais fatos foram devidamente justificados em notas explicativas pela menção da aprovação do aumento do mesmo por decisão em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizadas em cada exercício com a absorção dos saldos constantes em reservas de lucros. Podemos exemplificar com a transcrição do último relatório: “A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011 aprovou o aumento do capital, sem modificação do número de ações, no montante de R\$ 66.839, totalmente proveniente da reserva de lucros para investimentos.” (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2012, p. 45).

Tabela 2: Cia Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa

CONTAS CONTÁBEIS (valores em milhares de reais)	EXERCÍCIOS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Patrimônio Líquido	575.571	842.114	924.240	1.030.712	1.097.106	1.162.929
Capital Social	497.902	543.223	645.515	706.132	772.971	897.735
Reservas de Capital	16.888	9.795	0	0	0	0
Reservas de Reavaliação	0	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	60.781	289.096	275.368	279.148	278.442	219.334
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	41.834	41.834	41.834
Ajuste Acumulado de Conversão	0	0	0	0	0	0
Acionistas Não Controladores	0	0	3.357	3.598	3.859	4.026

Fonte: elaborado pelos autores

Na Tabela 2 pode-se observar que um dos primeiros registros inerentes a conversão da norma contábil relatados pela entidade, refere-se à revogação do registro das subvenções na conta de Reserva de Capital

revogação da possibilidade de registro das subvenções diretamente em conta de Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido. A Empresa adotou essa nova prática para o exercício findo em 2008, conforme item 34 do Pronunciamento Técnico no 13 – “Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08” e do Pronunciamento Técnico no 7 “Subvenção e assistência governamentais” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2008, p. 31).

Quanto aos saldos de reservas legais, é destinado 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital, fato este devidamente relatado em todas as demonstrações analisadas e que corresponde ao saldo da respectiva conta contábil apresentada na tabela 2. A partir do ano de 2009, menciona-se que o respectivo saldo terá utilização restrita à compensação de prejuízos, após a absorção dos saldos de lucros acumulados e demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social. Evidencia-se, por exemplo, nos relatórios do exercício findo de 2010.

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2010, p. 58).

A partir do exercício de 2010, consta registro na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial, sendo o mesmo oriundo do reflexo do ajuste do custo atribuído às terras das controladas em 01 de janeiro de 2009. Os saldos foram obtidos através de laudos de avaliação preparados por especialistas terceirizados, sendo os mesmos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2010).

Tal ajuste foi elaborado baseado no ICPC 10, onde a companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente divergia do valor justo de realização destes ativos. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2010).

Ainda conforme dados da Tabela 2, neste mesmo período, a empresa apresentou pela primeira vez e de forma exemplificada a composição acionária, complementando que, a partir de 2011, pretende desenvolver programa de divulgação de suas ações, de forma a dar maior transparência às suas decisões e à sua estratégia de crescimento. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2010). Tal ação vai ao encontro dos objetivos das informações contábeis de predizer o futuro da entidade e dar suporte aos usuários na tomada de decisão, aspecto apresentado no referencial teórico.

Nos relatórios de 2011, se denota mais uma mudança em virtude da nova norma contábil, na questão quanto ao registro dos incentivos fiscais que a companhia usufruiu no período apresentado. Consta na nota explicativa número 2 a seguinte transcrição

com a promulgação da Lei no 11.638/07 e conforme Instrução CVM no 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecida no resultado. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

Em 2011 foram transferidos para o patrimônio líquido:

- a) R\$ 8.799 - incentivo SUDENE 2011;
- b) R\$ 436 - reinvestimento, conforme mencionado na nota explicativa no 17 item (a);
- c) R\$ 197 – complemento de incentivo SUDENE 2010. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS FERBASA, 2011, p. 28).

Assim, verifica-se que a empresa Ferbasa no período de 2007 a 2012 realizou evidenciações das contas do grupo específico do Patrimônio Líquido para atender as mudanças introduzidas com as Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Seguindo nas análises, apresenta-se a Tabela 3 com a evidenciação do grupo Patrimônio Líquido da empresa Companhia Siderúrgica Nacional –CSN.

Quanto ao capital social da CSN, observa-se na Tabela 3, que o mesmo somente sofre modificação no último exercício em análise, fato este evidenciado pela capitalização de créditos pela controlada Prada, na Companhia Brasileira de Latas (CBL), passando assim a deter o controle sobre a mesma. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS CSN, 2012).

Tabela 3: Companhia Siderúrgica Nacional

CONTAS CONTÁBEIS (valores em milhares de reais)	EXERCÍCIOS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Patrimônio Líquido	7.542.261	6.662.589	6.589.510	7.822.688	8.417.170	9.007.513
Capital Social	1.680.947	1.680.947	1.680.947	1.680.947	1.680.947	4.540.000
Reservas de Capital	30	30	30	30	30	30
Reservas de Reavaliação	4.585.553	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	1.275.731	4.781.485	5.444.605	6.119.798	7.671.620	3.690.543
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	(33.417)	0	0	0
Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	200.127	0	0	0	0
Ajuste Acumulado de Conversão	0	0	(585.715)	(168.015)	(1.366.776)	386.324
Acionistas Não Controladores	0	0	83.060	189.928	431.349	390.616

Fonte: elaborado pelos autores

O saldo de Reservas de Reavaliação apresentado no primeiro exercício refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado, que foram elaborados pela companhia em conformidade com a Deliberação CVM nº 288/98 de modo a apresentar os ativos em valores mais próximos ao de mercado ou reposição. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS CSN, 2007).

Diferentemente da empresa anteriormente analisada (Tabela 2), a composição acionária da CSN já é apresentada no primeiro período analisado:

Quadro 1 - Composição acionária da Companhia

	Quantidade de ações Ordinárias	% Total de ações	% Sem ações em tesouraria
Vicunha Siderurgia S.A.	116.286.665	42,74%	45,34%
BNDESPAR	17.085.986	6,28%	6,66%
Caixa Beneficente dos Empregados da CSN - CBS	11.830.289	4,35%	4,61%
Diversos (ADR - NYSE)	57.839.363	21,26%	22,55%
Outros acionistas (aproximadamente 10 mil)	53.447.515	19,64%	20,84%
	256.489.818	94,27%	100,00%
Ações em tesouraria	15.578.128	5,73%	
Total de ações	272.067.946	100,00%	

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas CSN, 2007, p.82.

As reservas legais se constituem da razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos da legislação vigente, sendo tal fato evidenciado em todos os períodos qualitativamente.

O saldo de Avaliação Patrimonial refere-se a “investidas no exterior cujas moedas funcionais são diferentes do real.”. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS CSN, 2008, p. 85).

Observa-se a adequação das Demonstrações Contábeis para o cumprimento das Leis 11.638/07 e 11.941/09 com destaque para as Contas de Reservas de Reavaliações e Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Dando continuidade ao exame do Patrimônio Líquido das empresas estudadas, apresenta-se seguir, na Tabela 4, as informações da empresa Gerdau S.A.

Tabela 4: Gerdau S/A

CONTAS CONTÁBEIS (valores em milhares de reais)	EXERCÍCIOS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Patrimônio Líquido	11.392.452	17.959.606	18.507.473	19.470.442	26.519.803	28.797.917
Capital Social	7.810.453	14.184.805	14.184.805	15.651.352	19.249.181	19.249.181
Reservas de Capital	382.732	13.252	(124.685)	(161.405)	(237.199)	(278.643)
Reservas de Reavaliação	0	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	3.955.381	2.569.428	5.787.268	5.864.497	6.686.886	9.647.587
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	0	0	0	0
Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(756.114)	1.192.121	(1.339.915)	(1.884.002)	(701.399)	(1.372.521)
Ajuste Acumulado de Conversão	0	0	0	0	0	0
Acionistas Não Controladores					1.522.334	1.552.313

Fonte: elaborado pelos autores

A partir da Tabela 4, observa-se que a entidade teve incremento de seu capital social de forma crescente, sendo os mesmos devidamente evidenciados nos relatórios de todos os períodos pela transcrição de que se originam da emissão de ações ordinárias e preferenciais, conforme acordado em reunião do conselho de administração. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS GERDAU, 2012).

Nos relatórios de 2007 a 2010 foram evidenciados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial valores inerentes às variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, rubricas de ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referentes ao efeito do *hedge* de investimento líquido, sendo que, nas Notas Explicativas, os administradores descreveram a seguinte informação

a Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Também são consideradas nesta rubrica os ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referente ao efeito do *hedge* de investimento líquido (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS, GERDAU S.A., 2008, p.6).

Para os anos de 2011 e 2012, tal conta foi destinada ao registro de conversão para a moeda estrangeira, ganhos e perdas em *hedge*, ganhos e perdas em coberturas de fluxo de caixa, em perdas não realizadas em ativos financeiros disponíveis para venda, em despesa com plano de opções de ações e pelos efeitos de acionistas não controladores. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS GERDAU, 2012).

Quanto ao saldo de Reservas de Capital, o mesmo compreende, nos exercícios de 2008 e 2010, aos custos de remuneração baseada em ações de seus empregados

em atendimento à Deliberação CVM Nº 562, de 12/12/2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 10, a Companhia deve reconhecer, em reservas de capital, os custos com remuneração baseada em ações de seus empregados com base no valor justo das opções na data da outorga. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS, GERDAU S.A., 2010, p.10).

Nos demais exercícios, a companhia não relatou ou evidenciou quais variáveis que compõem o saldo da respectiva conta contábil.

Tendo ainda por base os dados da Tabela 4, percebe-se que os saldos de reservas de lucros são devidamente evidenciados nas Notas Explicativas de todos os exercícios, sendo que, ocorre uma repetição da descrição dos mesmos. Exemplifica-se tal registro na transcrição do exercício de 2011

d) Reservas de lucros

I) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

II) Incentivos fiscais - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

III) Investimentos e Capital de Giro - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. Também considera reclassificações de saldos entre o patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores e o atribuído a participação dos acionistas não-controladores, como consequência de complemento decorrente de aquisição de participação adicional em empresas já controladas pela Companhia. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS, GERDAU S.A., 2011, p. 10).

Concluindo a análise individualizada do Patrimônio Líquido das empresas, apresenta-se na Tabela 5, as informações da empresa Usiminas.

Tabela 5: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas

CONTAS CONTÁBEIS (valores em milhares de reais)	EXERCÍCIOS					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Patrimônio Líquido	12.474.331	15.028.943	16.001.058	19.029.437	19.014.205	18.513.073
Capital Social	8.100.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000	12.150.000
Reservas de Capital	0	0	221.901	965.607	642.971	219.684
Reservas de Reavaliação	0	0	0	0	0	0
Reservas de Lucros	4.374.331	2.398.913	3.315.028	4.316.992	4.490.822	3.871.384
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0	0	(41.277)	0	0	0
Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	0	0	0
Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	480.03	0	0	0	367.361
Ajuste Acumulado de Conversão	0	0	0	0	0	0
Acionistas Não Controladores	0	0	355.406	1.596.838	1.730.412	1.904.644

Fonte: elaborado pelos autores

A partir da Tabela 5, observa-se que a empresa já divulga no primeiro período, a composição acionária da empresa. O saldo de reserva de lucros no exercício de 2007 corresponde a incentivos fiscais relativos ao IPI, reserva legal inerente a 5% do lucro líquido e de reserva para investimentos e capital de giro. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PADRONIZADAS, USIMINAS, 2007). Para os demais exercícios, correspondem as mesmas variáveis, porém com exceção a variável do incentivo do IPI.

O incremento de capital social no ano de 2008 deve-se a aprovação, pela Administração, do aumento do capital pela capitalização de saldo constante em reservas de lucros. Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se às variações cambiais da investida Ternium, cuja moeda é o Dólar. (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS, USIMINAS, 2008).

No exercício de 2012, fora registrado saldo inerente a Ajuste de Avaliação Patrimonial, que se refere

- (i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo credor dessa conta de R\$871.258 refere-se a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas (Nota 16 (e) (i)).
- (ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 26). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$592.487 (31 de dezembro de 2011 – R\$341.725).
- (iii) Correção do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29 em consonância com o CPC 37 para o período em que a economia brasileira se enquadrava na definição de hiperinflacionária. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo credor dessa conta totaliza R\$194.530 (31 de dezembro de 2011 – R\$211.887).
- (iv) Reserva de *hedge* de fluxo de caixa: corresponde substancialmente a operação de *hedge* descrita na Nota 6 (c). Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor dessa reserva totaliza R\$121.597 (31 de dezembro de 2011 – R\$143.735). (DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS, USIMINAS, 2012).

Concluiu-se assim a análise da evidenciação do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis das empresas estudadas, com ênfase nas mudanças apresentadas com o propósito de atender as Leis 11.638/07 e 11.941/09. Na seqüência são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Rodrigues e Niyama (2008) a convergência contábil foi um dos maiores desafios diagnosticados pelos pesquisadores. Os autores destacam o trabalho de McLeay, Neal e Tollington (1999) os quais abordaram a convergência entre as escolhas de alternativas de tratamento contábil como o movimento através da similaridade, enquanto que a padronização da contabilidade internacional um movimento global para uniformização. Para Rengel, Cunha e Lavarda (2009) a harmonização das normas contábeis é implementada para atender em especial aos usuários das informações contábeis no mercado de capitais, contribuindo para que os mesmos obtenham um maior grau de comparabilidade entre as empresas.

O Patrimônio Líquido evidencia o valor que pertence aos sócios ou acionistas. É através dele, ainda, que índices de análise das demonstrações contábeis são evidenciados. Um deles refere-se ao índice de rentabilidade que evidencia qual foi o retorno gerado ao sócio ou acionista. As Leis 11.638/07 e 11.941/09 tiveram como principal objetivo, convergir às normas de contabilidade brasileiras com as normas internacionais. Essa convergência trouxe modificações significativas ao grupo do Patrimônio Líquido.

Neste contexto, o objetivo deste estudo foi identificar as mudanças ocorridas na evidenciação do grupo Patrimônio Líquido das empresas pertencentes ao segmento

siderúrgico da BM&FBovespa implementadas pela publicação das Leis 11.638/07 e 11.941/09.

Após a análise das demonstrações financeiras padronizadas, disponíveis no sítio da CVM – Comissão de Valores Mobiliários das empresas da amostra, do período de 2007 a 2012, observou-se que houve significativas mudanças nas contas do Patrimônio Líquido em específico, com destaque para o grupo de reservas e ajuste de avaliação patrimonial. Por outro lado, verifica-se, nos registros das Notas Explicativas, a cópia de transcrições das obrigações societárias dispostas na legislação, onde, ao invés de trazer esclarecimentos quanto ao saldo de determinado registro contábil, a entidade descreve uma cópia fiel da disposição prevista na lei, fato este que pode ser verificado nas explicações quanto ao saldo da conta de reserva legal, que compõe as reservas de lucros.

Concluiu-se que, através da reclassificação do grupo de contas do Patrimônio Líquido, as informações foram divulgadas para atender as mudanças introduzidas na legislação e subsidiar os usuários da informação contábil com a mensuração de valores mais próximos da realidade.

O estudo contribuiu para a Ciência Contábil à medida que a introdução das Leis 11.638/07 e 11.941/09 trouxeram modificações na evidenciação do Patrimônio Líquido com o intuito de atender a padronização internacional. Sendo o Patrimônio Líquido o valor que pertence aos acionistas, as alterações ocorridas no mesmo são observadas pelos *stakeholders* para a tomada de decisão, dentre outras informações.

Destaca-se que o objetivo do estudo foi atingido e, como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se a análise de todos os grupos que compõem as Demonstrações Contábeis das empresas da amostra, bem como expandir estudos para outros segmentos da BM&FBovespa para fins de comparabilidade com os resultados obtidos neste.

REFERÊNCIAS

BALLAS, Apostolos A.; SKOUTELA, Despina; TZOVAS, Christos A. The relevance of IFRS to an emerging market: evidence from Greece. **Managerial Finance**, v. 36, n. 11, p. 931-948, 2010. Disponível em: Emerald Group Publishing Limited 0307-4358. DOI 10.1108/03074351011081259

CORDAZZO, Michela. The impact of IFRS on net income and equity: evidence from Italian listed companies. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 14, n. 1, p. 54-73, 2013. Disponível em: Emerald Group Publishing Limited 0967-5426. DOI 10.1108/09675421311282540

CSN S.A. **Demonstrações Financeiras Padronizadas**. Disponível em: <http://www.mzweb.com.br/csn/web/default_pt.asp?idioma=0&conta=28>. Acesso em: 14 jul. 2013.

FERBASA S.A. **Demonstrações Financeiras Padronizadas**. Disponível em: <<http://www.ferbasa.com.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FOX, Alison *et al.* The costs and benefits of IFRS implementation in the UK and Italy. **Journal of Applied Accounting Research**, v. 14, n. 1, p. 86-101, 2013. Disponível em: Emerald Group Publishing Limited 0967-5426. DOI 10.1108/09675421311282568

FURUTA, Fernanda; BISPO, Jorge de Souza; VIEIRA, Patrícia dos Santos. Convergência Internacional: Nível de *disclosure* e impacto de inovações legais sobre o Patrimônio Líquido e

o resultado das grandes empresas instaladas no Brasil. In: CONGRESSO USP-FIPECAFI, XX, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org.br>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

GARBRECHT, Guilherme Teodoro *et al.* Conservadorismo condicional ex post a Lei 11.638/07: um estudo sobre a qualidade do lucro contábil em empresas listadas na BM&FBovespa. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, XII, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

GERDAU S.A. **Demonstrações Financeiras Padronizadas**. Disponível em: <<http://www.gerdau.com/investidores/informacoes-financeiras-relatorios-anuais.aspx>>. Acesso em: 04 mai. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GILIO, Luciano; AFONSO, Luís Eduardo Afonso. Aproximação entre contabilidade gerencial e financeira com a convergência contábil brasileira às normas IFRS. In: AnpCONT, VI, 2012, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=3088>. Acesso em: 30 mai. 2013.

GONÇALVES, João Constantino *et al.* Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA e CONTABILIDADE, XII, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente.

IUDÍCIBUS, Sergio de *et al.* **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. Efeitos da convergência contábil às IFRS no gerenciamento de resultados de empresas europeias. In: AnpCONT, V, 2011, Vitória. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=2844>. Acesso em: 31 mai. 2013.

LORENCINI, Fernando Drago; COSTA, Fábio Moraes da. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, v. 23, n. 58, p. 52-64, abr. 2012.

MCLEAY, Stuart; NEAL, David; TOLLINGTON, Tony. International Standardisation and Harmonisation: a New Measurement Technique. **Journal of International Financial Management and Accounting**, p. 42-70, 1999.

MORCH, Rafael Borges *et al.* Instrumentos Financeiros de capital e dívida conforme o IFRS, USGAAP e BRGAAP: um estudo de caso da Gerdau S/A. **Revista Contabilidade e Organizações-FEARP/USP**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 41-56, mai/ago. 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RENGEL, Silene; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. As alterações da Lei das S/A sob a ótica dos proprietários de organizações de serviços contábeis do Estado de Santa Catarina. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, VIII, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Convergência Internacional: uma análise comparativa entre os padrões contábeis da China e do IASB. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, VIII, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

SILVA, Pedro Cláudio da *et al.* Impacto da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras de Saneamento: a Percepção dos Profissionais do Setor. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 2, p. 69-94, abr./jun. 2010.

SZUSTER, Flávia R., SZUSTER, Natan. O Brasil Rumo à Convergência Internacional da Contabilidade: O Caso Gerdau S.A. In: ENCONTRO DA ANPAD, XXXII, 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2008/CONT/CONA2462.pdf. Acesso em: 06 jun. 2013.

TONETTO FILHO, Vitório; FREGONESI, Mariana Simões Ferraz do Amaral. Análise da variação nos índices de endividamento e liquidez e do nível de divulgação das empresas do setor de alimentos processados com a adoção das normas internacionais. In: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, VIII, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/index.asp>. Acesso em: 30 mai. 2013.

USIMINAS S.A. **Demonstrações Financeiras Padronizadas**. Disponível em: <<http://ri.usiminas.com/>>. Acesso em: 18 jul. 2013.